

A HORA DOS NACIONALISMOS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 21/01/90

A revolução democrática na Europa Oriental, desencadeada por Gorbachev, deixará 1989 marcado na história mundial. Ela representou o colapso do estatismo comunista e marcou definitivamente o fim da guerra fria. Agora, enquanto a União Soviética e os países do Leste europeu procuram consolidar a democracia e reorganizar suas economias com uma orientação para o mercado, os países capitalistas centrais entreolham-se, e parecem dispostos a reviver velhos nacionalismos. O conflito Estados Unidos x União Soviética, na medida em que traduzia um conflito aparentemente maior entre o capitalismo e o estatismo, encobriu ou manteve reprimidos os antigos conflitos nacionalistas. Desde 1985, porém, quando Gorbachev assumiu o poder na União Soviética e iniciou a glasnost e a perestroika, o conflito Estados Unidos x Japão passou a se agravar. Por outro lado, o anúncio da unificação da Europa em 1992, lembrou aos Estados Unidos e ao Japão que agora tinham um novo grande concorrente, unido através do Parlamento Europeu e principalmente através da grande burocracia internacional da Comunidade Econômica Européia em Bruxelas.

Já em 1988 e 1989 havia se tornado moda entre os analistas internacionais dividir o mundo capitalista entre três grandes blocos: CEE, Estados Unidos com o Canadá, e Japão com o Leste e o Sudeste da Ásia. No Brasil usava-se esta análise para salientar a marginalização da América Latina (cuja origem, aliás, nada tem a ver com a formação desses blocos, mas com a estagnação econômica derivada da dívida externa e da decorrente crise fiscal). O nacionalismo seria assim assim definido em termos de blocos nacionais em não em termos de países.

Na verdade esses blocos são muito menos significativos do que parecem. O que continuam valendo são os interesses nacionais. O bloco mais coeso, a CEE, hesita em definir uma moeda comum e não tem nem uma política fiscal nem uma política comercial comuns. Agora, com a queda de Muro de Berlim e a perspectiva da unidade política alemã, a unidade européia enfrenta uma segunda crise. A primeira, ainda não resolvida, deriva das resistências de Margareth Thatcher. Kohl fala agora na

necessidade da "união estatal" entre as duas Alemanhas, despertando preocupações em toda a Europa e principalmente na França.

Por outro lado os nacionalismos reaparecem com toda a sua força. Políticos democrata-cristãos conservadores falam na Alemanha em rever as fronteiras de 1945 com a Polônia. Os Estados Unidos vão aos poucos definindo como seu principal adversário não mais a União Soviética mas o Japão. Oeste, por sua vez, continua sua ofensiva, provocando reações nos Estados Unidos e na Europa.

No campo das manifestações nacionalistas são particularmente significativas as declarações de grandes dirigentes de empresas multinacionais. Afinal, das empresas multinacionais, que seriam o símbolo por excelência do fim ou do enfraquecimento dos estados nacionais, seria de se esperar exatamente o contrário: um internacionalismo encarniçado. E no entanto, duas recentes manifestações vão exatamente na direção oposta.

Jacques Calvet, presidente da Peugeot, escreve um artigo indignado em *Le Monde* ("Europe, Fortresse de Sable", 6.1.90) contra a abertura do mercado europeu à indústria automobilística européia, a partir de uma proposta ainda muito limitada da tecnoburocracia da CEE e das aberturas feitas pela Grã-Bretanha aos investimentos e às importações japonesas. Calvet afirma que o Japão é uma ilha desprovida de recursos naturais que pratica, em tempo de paz, uma economia de guerra. Seus salários continuam menores, sua jornada de trabalho maior, seus benefícios sociais muito menores. Toda sua economia é voltada para a exportação, com apoio do Estado japonês, que concede enormes subsídios tecnológicos às empresas, e da cartelização da economia japonesa, que permite que os preços internos de sua indústria sejam muito maiores do que os preços de exportação.

Em contrapartida, *Liberation* (6.1.90) publica uma reportagem sobre um livro do presidente da Sony, Akio Morita e do deputado Shintaro Ishiara, *O Japão Diz Não*, que, segundo os japoneses, "não deveria ter sido traduzido". Mas, tendo sido, transformou-se em um escândalo internacional. Segundo o jornal francês, que publica excertos do livro, trata-se de um livro-manifesto, do "novo evangelho do nacionalismo nipônico". Trata-se de um livro anti-americano, que afirma que o Japão está em vias de ultrapassar os Estados Unidos como primeira potência mundial. Dessa forma o Japão já deve ter sua própria política internacional e militar, não necessitando mais da proteção dos Estados Unidos. Segundo seus autores, "a histeria incompreensível dos americanos origina-se no fato de que a tecnologia militar fundamental pertence a um outro país que não é sequer europeu mas asiático... Os americanos ganham dinheiro jogando com o dinheiro... Quando não se sabe mais como produzir, como parece ser o caso da América, não se pode responder a suas necessidades essenciais... Estou persuadido de que as fricções comerciais têm suas raízes no racismo norte-americano. Este racismo repousa sobre a crença que a era moderna foi criada pela raça branca...

Com o fim do século se assistir ao fim da era moderna, dominada pelos ocidentais brancos".

Diante dos nacionalismo que se exacerbam perigosamente, misturando-se inclusive com o racismo, seria bom que nós, no Brasil, tivéssemos pelo menos consciência dos nossos interesses nacionais. Mas mesmo em relação a eles parece que nossas elites estão confusas e atrasadas, preocupadas que estão em repetir slogans neoliberais e internacionalistas rigorosamente vazios de conteúdo real, porque sem correspondência com a prática (apenas com a retórica) dos países centrais.